

# CAPITALISMO E ALIMENTAÇÃO\*

Kostas Vergopoulos\*\*

## TENDÊNCIA GERAL: CRISE E ESTABILIZAÇÃO AGRO-ALIMENTAR

Teria sido difícil de imaginar, no início dos anos 60, que, em pouco tempo, a agricultura e a alimentação iriam ser temas de tão candente atualidade. Nesta época, os espíritos se preocupavam notadamente com as novas perspectivas do progresso técnico e do maquinismo de suas aplicações em novos domínios: a produção industrial, a aeroespacial, a eletrônica e os robôs. A agricultura aparecia, então, como o parente pobre da mutação tecnológica de nossa época e deveria de todas as formas seguir, cedo ou tarde, os outros setores na via inevitável da modernização, a distância e com atraso. Quanto aos camponeses, eles apareciam, sem nenhuma dúvida, como as inevitáveis vítimas do inexorável progresso econômico e tecnológico da sociedade em seu conjunto.

Apesar de tudo, nós nos encontramos hoje numa situação inesperada: a agricultura nos preocupa atualmente não como uma série de resistências a vencer em termos de difusão do progresso técnico, como se pensava antes, mas sim, como uma *primeira etapa* a resolver na perspectiva de novas mutações sócio-econômicas que concernem à sociedade e que são necessárias para que se chegue a uma nova ordem econômica, tanto internacional quanto interna. Se admite, hoje, que a nova ordem econômica, tão buscada por todos os lados, comporte intrinsecamente uma nova organização do espaço agrário e alimentar da sociedade.

Verificamos esta relação estreita nos propósitos do Ministro da Agricultura na França, para quem a organização do espaço agro-alimentar constitui um "Imperativo nacional" de importância capital<sup>(1)</sup>. Igualmente, não seria menos explícita a conclusão dos especialistas expertos da OCDE, segundo os quais o problema agro-alimentar adquire progressivamente uma importância cada vez mais *estratégica* na reestruturação do conjunto da economia<sup>(2)</sup>. Se constatará, sem dificuldade, que no ambiente dos "policy makers" emerge hoje a convicção de que a ordem agro-alimentar, mais que uma precondição,

---

\* Texto apresentado em palestra realizada no dia 10/11/1983, na Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande, Paraíba, em ocasião da visita do autor aos Mestrados em Economia e Sociologia Rural. (Traduzido por Paulo Campanário e revisado por René Louis de Carvalho).

\*\* Professor e Diretor do Departamento de Economia Política da Universidade de Paris VIII – França.

(1) Ver *Le Monde*, 13 de novembro de 1982

(2) Ver OCDE, *Examen des Politiques Agricoles*, Paris, 1980

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	05 a 32	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	---------	-------------------

deveria ser considerada como uma peça *constitutiva fundamental* do sistema econômico no seu conjunto.

Não é somente o diretor da FAO, Ed. Saouma <sup>3</sup> quem sublinha esta relação estreita entre a ordem alimentar e a ordem econômica, mas também as problemáticas de uma orientação mais geral. Toda reflexão que almeja ser global e de longo prazo faz necessariamente da agricultura a base ativa de toda política de reformulação industrial.. Para Emile Lennen, Secretário Geral da OCDE, a agricultura e a alimentação não deveriam ser consideradas como problemas ultrapassados, mesmo porque se encontram atualmente "no coração do debate internacional". O grupo dos países não -alinhados, chamado o Grupo dos "77", também coloca com insistência e sem ambigüidade que o acesso à nova ordem econômica internacional pressupõe a constituição de uma nova ordem alimentar interna e internacional <sup>4</sup>. Neste panorama de tomadas de posição, não se deveria omitir a política americana: se admite hoje, nos Estados Unidos, a necessidade de consagrar ao programa alimentar "recursos públicos e privados, dignos de um esforço nacional, semelhante a qualquer programa que possa receber prioridade, incluído aí o programa espacial " <sup>5</sup>.

Tudo indica que, após o choque petrolífero de 1973, o problema agrário e alimentar se torna atual e se coloca, cada vez mais, com maior urgência, não somente no sentido humanitário e nutricional, mas também, e talvez mais ainda, no sentido econômico, em relação com a recessão mundial e os esforços de reformulação para poder sair da mesma.

Para ~~ater-nos~~ somente às propostas de ações institucionais, formuladas no marco das instituições internacionais, ressaltamos as seguintes etapas:

- 1) Conselho Mundial da Alimentação: Engajamento Internacional sobre a Segurança Alimentar Mundial (1974). Os Estados reconhecem que a segurança alimentar mundial é uma questão da comunidade internacional em conjunto.
- 2) Programa de Assistência para a Segurança Alimentar, FAO (1976). Reserva alimentar internacional de urgência. RAIU (1976).
- 3) Conselho Mundial de Alimentação – Manilha (1977). O comunicado de Manilha recomenda o estabelecimento, com toda a urgência, de um sistema internacional de reservas alimentares, suscetível de abarcar em tempos de crise até 500.000t (quinhentas mil toneladas) de cereais.

---

(3) Ver BOURRINET, J. e FLORY, M. *L'Ordre Alimentaire Mondial*. Editions Economica, 1982, pg. 175.

(4) Ver UNCTAD V. Arusha, *Program for Colective Self – Reliance and Framework for Negotiations*, Manila, 1979.

(5) Ver: THACKRAY, J. "The American Farm Foul-ap", in: *Management Today*, 1982/7.

4) Plano de Ação para a Segurança Alimentar Mundial, FAO (1979). Adoção de políticas de estocagem dos cereais e da constituição de reservas alimentares nacionais.

5) Dispositivo de intervenção para o caso de crise alimentar. CMA (1980)

6) Constituição de uma rede de segurança alimentar mundial, CMA (1981).

A essas ações institucionais, faria falta, certamente, agregar o Programa Alimentar Mundial (PAM), criado em 1962, mas reativado de maneira particularmente intensa durante os últimos anos, assim como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), criado pelas Nações Unidas em 1977, com o apoio dos países da OPEP.

Percebe-se facilmente que depois de 1974, houve pelo menos um ou dois acontecimentos de importância por ano a nível de instituições internacionais, confirmando-nos o interesse crescente — ou até a urgência — pelos problemas relativos à organização de uma nova ordem agrária e alimentar.

Notaremos igualmente que, contrariamente ao que teríamos pensado a primeira vista, o campo agrário e alimentar não é absolutamente, em consequência, algo abandonado à dinâmica das forças do mercado, nem ao jogo livre e espontâneo das leis econômicas, mas está submetido a uma série de regulamentações institucionais e administrativas que não cessaram de se multiplicar durante os últimos anos, com uma rapidez e uma intensidade impressionantes. Enquanto a re-estruturação industrial é considerada (visualizada) *do emprego* através da emergência de políticas monetaristas e neo-liberais, como são as políticas que implicam na confiança das forças econômicas espontâneas do mercado, a regulamentação agro-alimentar é, ao contrário, vista através de políticas intervencionistas, orientadoras e extra-econômicas, agindo em todos os níveis e em todos os sentidos. Teríamos base para afirmar que o setor agro-alimentar seria de fato o mais abalado pela recessão mundial atual e que a estabilização desse setor é reconhecida por todos como o ponto de partida necessário para toda política de superação da crise. Daí, a propagação incessante de leis orgânicas, sucedendo as leis (*quadro 3*) e vice-versa, durante os anos 1970<sup>6</sup>. Em outras palavras, se reconhece, em geral, que as relações sociais agro-alimentares constituem o fundamento necessário de todo regime de acumulação. Se reconhece também que, na fase atual, a recomposição-estabilização do tecido social agro-alimentar, perturbado pela crise, constitui a primeira etapa necessária para se conseguir uma estabilização mais global.

A partir da lei americana "Agriculture and Consumer Protection Act" de 10 de agosto de 1973, uma série de regulamentações análogas apareceram em um grande número de países, tendo como objetivo principal a estabilização das

---

(6) Ver OCDE, *La Politique Alimentaire*, Paris, 1981

relações agro-alimentares. Na Itália (ver a lei chamada "Quadrifoglio" de 1977), na França (lei do 1º outubro 1982), na Alemanha, no Canadá, no Japão, nos países do Sudeste Asiático (ASEAN), na África (Congo, Camarões, Gabão), no Maghreb, na América Latina (México, Nicarágua, Brasil, etc.), não se deixou de reconhecer a urgência estratégica de uma regulamentação do espaço agro-alimentar. Poder-se-ia agregar que a posição recente da Conferência Europeia de Estrasburgo, confirmando seu interesse pela Europa verde (posição de 10 de março de 1983), permite medir a importância que se atribui à estabilização agro-alimentar.

## A NOVA PROBLEMÁTICA AGRO-ALIMENTAR

Tudo se passa como se o velho espaço agrícola constituísse um tema de preocupações não menos importantes que as engendradas a propósito dos novos espaços capitalistas (novas tecnologias, reformulação industrial, espaço, etc.). Mas quais são finalmente, as razões que determinaram o retorno desta temática? Qual é o sentido e qual o estatuto da nova problemática agro-alimentar?

Inicialmente, se é verdade que a agricultura se encontra atualmente no centro dos debates, não seria menos verdadeiro assinalar que a problemática agrário-alimentar, em si, muda os temas e os termos. Ao tradicional enfoque do setor agrário em termos de modernização das técnicas, de racionalização das estruturas, de harmonização-unificação dos preços e dos mercados agrícolas, sucede-se uma nova ótica centrada no objetivo da "segurança alimentar", na estratégia de uma "nova ordem alimentar", um enfoque novo em termos dos "canais alimentares", pondo a ênfase nas inter-relações a montante e à jusante do tradicional setor primário, uma preocupação explícita sobre o grau de "dependência alimentar" e uma insistência especial sobre a promoção da produção alimentar destinada ao mercado interno.

A problemática anterior se encontrava definida muito exclusiva e unilateralmente pela busca da competitividade, entendida no sentido micro-econômico, tal como ela resultava da transposição da lógica da empresa industrial, "sempre sobressaindo uma orientação de cunho elitista". Terminava-se por selecionar as empresas agrícolas "viáveis" do futuro, que se teria que promover com o objetivo de instaurar um sistema de produção privilegiado <sup>7</sup>. Segundo Claude Servolin, se tratava de escolher e apoiar 200.000 a 300.000 agricultores "viáveis e abertos ao progresso", de um conjunto de 800.000.

Em contraposição, a nova problemática determina a intervenção ativa e ampla de critérios macro-econômicos que se derivam não somente da lógica seto-

---

(7) Ver: SERVOLIN, C. "Pour de Nouvelles Orientations Agricoles" in: *Le Monde*, 22 de janeiro de 1982.

ral ou de encadeamento e entrelaçamento de cadeia, mas também e com maior razão, da lógica do conjunto do sistema econômico e social. Ao passo que a problemática anterior tentava organizar o êxodo rural, a nova tenta por todos os meios manter na terra o maior número possível de camponeses. Da mesma maneira, a lógica da independência alimentar conduz necessariamente ao objetivo de uma produção agro-alimentar relativamente mais autônoma, no sentido da redução de seus gastos, tanto em relação aos fatores importados do estrangeiro quanto em relação aos elementos monetários do custo.

## O ESGOTAMENTO DO PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO. INSTABILIDADE E INCERTEZAS.

O que é que pode determinar tais mudanças na problemática e na política agro-alimentar? Qual seria o impacto da crise internacional na economia e nas políticas agro-alimentares?

Inicialmente, recordaremos uma relação fundamental: a cada padrão de acumulação se encontra associado um modo específico de organização das relações agrárias e alimentares. Por "padrão de acumulação" entendemos, como Robert Boyer nos lembra <sup>8</sup>, "toda forma de assignação do capital, capaz de assegurar, durante um período prolongado, uma adequação relativa entre a dinâmica dos meios de produção e a dos meios de consumo". Esta ótica permite relacionar o padrão de acumulação com o modo de organização agro-alimentar, notadamente através do enfoque dos equilíbrios fundamentais que determinam o modo de funcionamento do conjunto: equilíbrios econômico, financeiro, monetário, exterior, etc. É evidente que a crise atual é também a expressão do esgotamento do padrão de acumulação que tinha sido posto em funcionamento nas economias ocidentais e em escala mundial a partir do começo dos anos 50. Que se adote o enfoque da superprodução <sup>9</sup> ou a da sub-produção <sup>10</sup>, pois existe um fato incontestável e admitido por todos: a atual crise se deriva também de uma perturbação profunda e durável na estrutura dos custos de produção, o que torna problemáticas, senão impossíveis, a previsão, a antecipação e, portanto, a planificação ao nível da empresa.

- 
- (8) Ver BOYER. R. "La Crise Actuelle est-elle la Répétition de celle de 1929?" in: *Cahier du CEPREMAP*, n.º 8.206, março de 1982; ver, do mesmo autor: "Origine, Originalité et Enjeux de la Crise Actuelle en France: une Comparaison avec les Années Trente", in: *La Crise Economique et sa Gestion*. Ed. Boréat Express, Montréal, 1982.
- (9) Ver nosso artigo "L' Agriculture Périphérique dans le Nouvel Ordre International. Reflexions Sur la Question des Systèmes Alimentaires Nationaux". *Revue du Tiers-Monde*, n.º 85, março de 1981.
- (10) Ver especialmente: LIPIETZ. A. "Vers une mondialisation du Fordisme?" in: *Cahier du CEPREMAP*. n.º 8.110, abril de 1981.

Esta perturbação que começa a partir dos acontecimentos monetários de 1971-73, com a instauração de taxas de câmbio flutuantes, se agravou com o aumento brutal do custo da energia e se generalizou muito rapidamente até englobar todos os dados da produção e dos intercâmbios. A economia mundial foi assim, de choque, submetida a um clima que os círculos de negócios qualificam de "instabilidade e incerteza" e que se exprime pela impossibilidade de programar a ação produtiva a médio prazo. Imprevisibilidade que se traduz por movimentos desproporcionais dos custos e dos preços, pelas reservas crescentes no que concerne aos novos investimentos, pela subida especulativa dos preços e dos movimentos especulativos dos capitais. A especulação domina a produção e mina as bases reais dos sistemas produtivos e das moedas nacionais.

Nessas condições, nada mais normal que constatar que o esgotamento do antigo padrão de acumulação marca também a decomposição da antiga organização das relações agro-alimentares.

## OS EFEITOS DIFERENCIAIS DA CRISE.

Está claro que as implicações da presente crise, como de toda crise, sobre cada setor da produção, não são idênticas, nem análogas, nem uniformes, mas muito variadas, diferentes e desproporcionais. Cada mecanismo da crise exerce ações bem específicas e bem diversificadas sobre cada setor. Se se trata de comparar os efeitos da crise na agricultura com aqueles que se manifestam no conjunto da economia, não teremos dificuldade de constatar que, de uma maneira geral, o setor primário fica com os custos desta longa, interminável e dolorosa transição do antigo padrão de acumulação em direção ao novo.

Contrariamente ao que se acreditava, a situação do setor agrário e alimentar no sistema econômico em seu conjunto, não é determinada por uma sensibilidade crescente, mas antes por uma *insensibilidade* e até mesmo por uma *inércia relativa* no seio de um sistema global, onde todos os outros componentes se modificam com uma rapidez crescente. Dito de outro modo, a agricultura é vítima de sua dificuldade intrínseca de seguir, com a flexibilidade e a rapidez que se impõem os movimentos de ajuste e de adaptação que se manifestam nos outros setores da economia <sup>11</sup>. Esta dificuldade se traduz pelo fato de que, em um longo período de movimentos desordenados dos preços em geral, os preços agrícolas evoluem sempre mais lentamente e se adaptam também lentamente ao sistema mutante dos preços. Daí, a importantíssima baixa relativa dos preços e das rendas agrícolas após o choque petrolífero de 1973. A alta geral

---

(11) Os expertos da OCDE reconhecem que na agricultura se manifesta sempre uma certa "falta de adaptabilidade", a curto prazo, principalmente levando-se em conta que o número de utilizações alternativas dos fatores se apresenta comumente como particularmente limitado.

do preços, depois de 1973, afetou menos a agricultura, dado que este setor é menos tributário da energia e dos elementos importados do estrangeiro.

Mas lembremos brevemente a ação específica, no meio agrário, dos principais mecanismos ou fatores de instabilidade que determinam a longa recessão atual.

## OS INSUMOS DA AGRICULTURA

Por causa de sua composição orgânica do capital, inferior à da média da economia, se admite que os insumos da produção primária são também inferiores aos da média. Isso é ainda mais evidente quanto aos fatores ou elementos importados do estrangeiro. Estudos monográficos sobre a França mostraram que em 1980 os insumos importados pelo setor agrícola não ultrapassavam 27% do valor da sua produção final <sup>12</sup>. Tabelas de "input-output" para a Grécia mostram que o conteúdo total em importações da produção agrícola equivale a menos da metade da taxa média respectiva para o conjunto da economia nacional. Semelhantes são as conclusões para a agricultura mexicana <sup>13</sup>.

Nessas condições, seria razoável admitir que o movimento dos preços dos "inputs" ou da energia importados não influencia os custos de produção na agricultura da mesma forma que nos outros setores. Um estudo da OCDE mostra que nos países membros deste organismo, a agricultura consome apenas entre 2% e 3% da energia total utilizada em cada país <sup>14</sup>. Isso significa simplesmente que toda modificação, ainda que brutal, no custo da energia, mesmo da energia importada no estrangeiro — (em países como a Suécia e a Áustria, mais de 70% da energia utilizada é importada) —, justifica aumentos de preços menos importantes na agricultura que no resto da economia. Em outras palavras, o encarecimento do custo da energia depois de 1973 determina, em última instância, uma deterioração contínua nas relações de troca da agricultura em suas relações com os demais setores. Os preços relativos e os rendimentos (revenu) agrícolas sofrem esta deterioração em primeiro lugar. Um estudo recente da Comunidade Européia mostra uma rápida e impressionante deterioração nas relações de troca e, em consequência, nos rendimentos (revenu) dos agricultores a partir de 1973 <sup>15</sup>.

---

(12) Ver AZOUVI, a. "Analyse du solde extérieur agro-alimentaire", in: *Economie et Statistique*, maio de 1982.

(13) RAMA R. e VIGORITO R. *Transnacionales en América Latina. El Complejo de frutas y legumbres*, México, Ed. Nueva Imagen, 1979.

(14) OCDE, *The Energy Problem and the Agro-Food Sector*, Paris, 1982. Ver também: OCDE, *Examen des politiques agricoles, 1974-76*, Paris 1977.

(15) Ver CEE, *La Disparité des Taux d'Inflation et la PAC*, Doc. COM (82) 98, Bruxelas, 17 de março de 1982.

## TERMOS DE INTERCÂMBIO DA AGRICULTURA 1973-1981

Alemanha	17,3%
França	20,8%
Itália	9,1%
Holanda	27,2%
Bélgica	24,1%
Luxemburgo	26,6%
Reino Unido	26,3%
Irlanda	6,0%
Dinamarca	9,9%

Com relação aos rendimentos dos agricultores europeus, é importante, sem dúvida, lembrar que ela é o resultado efetivo de toda uma série de transferências operadas nos preços de sustentação, das restituições e da aplicação da política agrícola comum dentro do Mercado Comum Europeu. Descartando-se toda correção por meio dos preços de sustentação, estabelecer-se-á a verdadeira renda real dos agricultores europeus que durante o período 1973-1981, evoluiu da seguinte maneira.

### RENDIMENTOS (REVENU) REAIS DOS AGRICULTORES 1973-1981

Alemanha	10,9%
França	18,8%
Reino Unido	25,7%
Holanda	6,7%
Itália	13,2%
Bélgica	8,1%
Luxemburgo	9,4%
Irlanda	12,6%
Dinamarca	8,5%

No mesmo sentido, acrescentaremos que o estudo anual da FAO mostra também uma deterioração nas relações de troca dos produtos agrícolas no plano internacional. Essa relação entre os preços das exportações agrícolas, os das importações de artigos manufaturados e do petróleo se deteriorou claramente entre 1973 e 1980: — 17% para as exportações dos países desenvolvidos. — 18% para as do conjunto dos países periféricos e 46% para as do grupo de países menos avançados <sup>16</sup>.

---

(16) Ver: FAO, "La Situation Mondiale de l'Alimentation et de l'Agriculture, Rapport 1981, Rome, FAO 1982.



Nessas condições, se pode compreender a crise internacional como um mecanismo que agrava as desigualdades em detrimento tanto do mundo camponês quanto dos países do terceiro mundo, exportadores tradicionais de produtos primários e de matérias primas <sup>17</sup>.

Mas, evidentemente, as modificações no custo da energia e sua participação diferencial nos setores da produção não são suficientes em si mesmas para explicar a amplitude do fenômeno da crise agrária e alimentar da nossa época. Teríamos que considerar outros fatores complementares.

## AS RELAÇÕES AGRO-ALIMENTARES

Um outro fator não menos importante deveria certamente ser buscado nas políticas de taxas de câmbio e nas modificações das paridades monetárias internacionais. O sistema monetário internacional se erigiu, a partir de 1973, sobre o princípio da variação das moedas nacionais, com a instauração de taxas de câmbio flutuantes. Esta política monetária que, de fato, traduz a vontade ou a necessidade de nacionalizar as respostas à crise internacional — independentemente das perspectivas de saída com relação à crise em si mesma — termina por provocar efeitos diferenciais sobre cada um dos setores da economia. Inicialmente, seria interessante ressaltar que, numa espécie de balanço que confirma as estimações da OCDE <sup>18</sup>, as taxas de câmbio efetivas no período 1972-1981, baixaram sensivelmente na maior parte dos países que contam com um setor agrário importante.

### TAXAS DE CÂMBIO EFETIVAS, 1972-1981 (1972 = 100)

Estados Unidos	96
França	82
Reino Unido	75
Canadá	77
Dinamarca	98
Grécia	49
Irlanda	68
Portugal	42
Espanha	66
Suécia	88
Turquia	17
Itália	43
Holanda	113
Alemanha	133

---

(17) Ver: World Food Council, Sixth Ministerial Session, 1980.

(18) Ver: OCDE. *Perspectives Economiques*, dezembro de 1982.

Incontestavelmente, a tabela anterior indica, de início, que a arma das taxas de câmbio é utilizada a fundo no quadro das políticas que, por outro lado, se auto-definem como liberais e não protecionistas. Mesmo nos Estados Unidos, a elevação espetacular do dólar durante os últimos 3 anos não conseguiu recuperar tudo o que esta divisa havia perdido de seu valor durante a política precedente. Em todo caso, é evidente que, no marco das taxas de câmbio flutuantes, a depreciação contínua da moeda nacional age principalmente como um impulso protecionista, a favor da produção industrial e em detrimento, sem dúvida, do setor primário. A explicação deste fato é clássica: a alta dos preços estrangeiros, expressa em moeda nacional, estimula normalmente, a do nível dos preços industriais internos, por causa do encarecimento dos insumos importados e, seguramente, por causa do fato de que as condições da nova concorrência se estabelecem sempre num nível de preços superior. No entanto, visto que a agricultura emprega relativamente menos insumos importados, a repercussão dessa alta sobre o custo da produção agrícola se efetua segundo um coeficiente menor. Mesmo se os preços dos insumos aumentam muito rapidamente, aumentam também, e ainda mais rapidamente, os gastos da indústria em termos de elementos e fatores importados.

Esta incidência diferencial das modificações da taxa de câmbio se confirma, também, se compararmos um país de moeda fraca, como a França, com um país de moeda forte, como a Alemanha ou a Holanda: a divergência entre os preços dos insumos da indústria e os preços agrícolas no momento da produção é quase duas vezes mais importante no primeiro caso que no segundo.

Um terceiro fator deveria ser buscado no clima inflacionário geral. A inflação aqui intervém na qualidade de nível geral de preços com relação aos preços específicos do setor primário. Muitos estudos estatísticos mostram que a alta dos preços agrícolas no momento da produção, após 1973, foi sensivelmente inferior à elevação global dos preços. Os preços recebidos pelos agricultores evoluíram mais lentamente que os preços pagos por eles. Um estudo comparado dos nove países do Mercado Comum mostra a possibilidade de uma correlação entre as taxas de inflação e as taxas de deterioração dos rendimentos (revenu) reais agrícolas. 19

---

(19) Ver: CEE *La Disparité des Taux d'Inflation et la PAC*, 1982.

**INFLAÇÃO E RENDIMENTOS (REVENU) REAIS AGRÍCOLAS  
CEE, 1973—1981**

País	Média Anual do % de inflação	Evolução do rendimento real dos agricultores sem os preços de sustentação
Alemanha	4,9%	-10,9%
França	10,6%	-18,8%
Reino Unido	14,7%	-25,7%
Holanda	7,1%	-6,7%
Itália	16,9%	-13,2%
Bélgica	7,1%	-8,1%
Luxemburgo	7,0%	-9,4%
Irlanda	14,7%	-12,6%
Dinamarca	9,8%	-8,5%

Se constata facilmente que nos quatro países mais afetados pela inflação (França, Reino Unido, Itália, Irlanda), a renda dos agricultores baixou muito mais rapidamente que nos outros países, onde a inflação observou taxas inferiores. Confirma-se assim que, no contexto atual de inflação generalizada, os preços agrícolas aumentam mais lentamente que os demais preços, e isto se acentua quando a inflação alcança níveis superiores.

Para o conjunto dos países da CEE e durante o período 1976—82, o nível geral dos preços se elevou em 64% ao passo que o dos preços agrícolas, expresso em moedas nacionais, não aumentou mais que 42% <sup>20</sup>. Este distanciamento indica uma vez mais, que os produtos agrícolas só podem incorporar a rapidez da evolução dos preços não agrícolas com lentidão. Verificar-se-á uma vez mais esta relação através das estatísticas retrospectivas da OCDE <sup>21</sup>.

**ÍNDICE DOS PREÇOS NO MOMENTO DA PRODUÇÃO— 1973-80  
MÉDIA DAS VARIAÇÕES ANUAIS (%)**

País	Indústria manufatureira	Alimentação
Estados Unidos	9,8	6,3
Japão	7,6	8,3
Alemanha	5,1	3,1
Reino Unido	17,0	16,7
Canadá	11,4	10,0
Holanda	6,0	4,5
Suécia	11,4	8,5

(20) Ver: *Les Cahiers Français*, nº 205, março-abril de 1982, "LA PAC"

(21) Ver: OCDE. *Historical Statistics*, Paris, 1960-80, 1982.

Um estudo sobre a evolução da agricultura européia chega também a esta constatação: a partir de 1973, os rendimentos (revenu) reais dos agricultores europeus se deteriorou na maior parte dos países da CEE, "levando em conta a taxa de inflação de cada país, as taxas de câmbio aplicadas entre as moedas nacionais e a unidade de conta européia" 22 .

À capacidade reduzida da agricultura de incorporar em seus próprios preços a alta do nível geral dos preços, faltaria, sem dúvida, agregar também a débil elasticidade-renda que caracteriza em particular os preços dos produtos alimentícios. A demanda de produtos alimentícios, sendo mais ou menos inelástica em volume, além de um certo nível de renda, se estabiliza ou mesmo diminui relativamente à demanda global e deixa de ser função da renda familiar disponível. Consequentemente, o crescimento nominal do ingresso familiar não implica, de maneira alguma, num crescimento proporcional dos gastos consagrados à alimentação. Ao contrário, num clima inflacionário, a demanda excedentária é, a miúdo, desviada para os produtos de consumo durável com fins preventivos ou mesmo especulativos.

## OS EFEITOS "PERVERSOS" DA ECONOMIA AGRÁRIA

A crise e a decomposição do sistema agrícola tradicional é também transpassada para o plano do mercado mundial. Os fluxos mundiais de cereais, calculados a preços constantes, se encontravam, em 1980, a um nível inferior à metade dos de 1974 23 . É certo que a baixa dos preços relativos não impediu, ao contrário, ela estimulou a produção mundial em termos de volume. Enquanto os preços constantes mundiais dos cereais não pararam de se deteriorar desde 1974, o volume de sua produção não parou de crescer, com uma taxa média de 2,4% ao ano.

Em relação a muitos outros produtos agrícolas, a evolução desde 1974 foi análoga: uma baixa do preço unitário em termos reais é normalmente acompanhada de uma elevação permanente do volume da produção 24 . Se trata, neste caso, de um fenômeno claramente contrário à ortodoxia da teoria econômica, mais que não é inexplicável. Este comportamento aparentemente "irracional" dos agricultores constitui de fato a única racionalidade possível para muitos deles: se os preços relativos da agricultura são fixados muito baixos e, em consequência, se a margem do empresário se encontra muito reduzida, a produção de quantidades adicionais constitui o único meio que dispõem

---

(22) Ver: PETITHUGUENIN, E. "L'Evolution de l'Agriculture Européene" in: *Cahiers Français*, op. cit., pg. 23.

(23) Ver: Banque Mondiale, *Rapport sur le développement dans le monde, 1982*, agosto de 1981.

(24) Ver: FAO, *La situation mondiale*, op. cit.

os agricultores para estar em condições de honrar seus compromissos, que não param de crescer. Nesse caso, evidentemente, o objetivo visado pela produção não é a elevação dos preços unitários nem a taxa de rentabilidade para o capital implicado, mas a *massa absoluta dos rendimentos* (revenu).

É inútil agregar que se a baixa de preço exerce este “efeito perverso” sobre a produção agrícola, a mesma relação funciona também no sentido inverso: a produção adicional, o meio de rendimento complementar, se transforma também em mecanismo de compressão adicional dos preços unitários. Lembremos que durante o ano 1982, a baixa importante e previsível do preço real dos cereais não impediu que a produção em volume batesse todos os recordes precedentes, e a formação de estoques chegou à taxa recorde de quase 19% do volume total da produção mundial. Se chega assim a uma situação onde o mercado e as modificações dos preços agrícolas se encontram na impossibilidade de normalizar a produção e, ao contrário, contribuem para agravar as condições da mesma.

## A ESTRUTURA FINANCEIRA AGRÍCOLA

Lembremos também a influência que exerce especificamente sobre a economia agrícola a alta permanente do custo do financiamento. O encarecimento dos meios financeiros influi particularmente na agricultura, num nível superior ao resto da economia, porque as explorações agrícolas se encontram, em sua quase totalidade, pesadamente endividadas. Poder-se-ia verificar facilmente que na maior parte dos países ocidentais o montante da dívida ultrapassa o valor bruto da produção agrícola <sup>25</sup>. Evidentemente, a baixa permanente real dos agricultores afeta profundamente, se é que não neutraliza sua capacidade de poupança e de auto-financiamento. Praticamente a quase totalidade dos gastos de todas as categorias na agricultura está atualmente financiada pelo capital de empréstimo. Isto quer dizer que a economia agrícola contemporânea está mais exposta às modificações do custo do financiamento que qualquer outro setor. Na França, o endividamento dos camponeses, de 36% de seus rendimentos anuais brutos em 1970, chegou a 72% em 1979. Hoje, depois da guerra das taxas de juros do período 1980–82, o endividamento deve cobrir a totalidade do rendimento anual bruto das explorações.

Nos Estados Unidos, o endividamento das explorações agrícolas mais que duplicou em 5 anos: de 80 bilhões de dólares em 1977, passou a 194 bilhões em 1982. Calculou-se que os custos anuais de financiamento absorvem atualmente mais de 25% do valor bruto da produção agrícola, ao passo que há 9 anos eles representavam 8% aproximadamente. Lembremos também, por outro lado, que

---

(25) É o caso, notadamente, dos países seguintes: Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Suíça, Suécia, Reino Unido, Alemanha (no ano 67), Ver: OCDE. *Le Capital dans l' Agriculture et son financement*. Paris, volume I, 1970, p. 88.

os gastos de funcionamento das explorações agrícolas americanas absorvem hoje mais de 80% das receitas brutas, ao passo que há 10 anos essa taxa era de 30% 26 .

A modificação brutal no custo do financiamento contribui para perturbar mais ainda a *estrutura financeira* da agricultura e das explorações agrícolas. Num contexto de inflação generalizada, de rápida modificação das taxas de câmbio e do custo da energia, a agricultura apresenta uma capacidade limitada para alinhar seus preços aos dos outros setores. Nesse contexto, onde os preços agrícolas seguem a distância e com atraso, a modificação assaz importante do custo do financiamento agrava a situação já crítica da agricultura contemporânea. Os créditos especiais são reservados unicamente para a exportação: as exportações agrícolas americanas aumentam muito rapidamente depois de 1978, com uma taxa média de crescimento anual de 20%. Hoje, mais de um terço do rendimento (revenu) da agricultura americana é proveniente do estrangeiro 27 . Igualmente, a formação de excedentes acumulados incita os países do Mercado Comum a tentarem desenvolver a todo custo suas exportações agrícolas.

De fato, a formação de excedentes agrícolas não é mais que a expressão concreta da crise e da decomposição do antigo sistema agrário e alimentar. A busca desenfreada de novos mercados exteriores é também uma necessidade que aparece com o esgotamento da antiga ordem alimentar. Logo, esta evolução confirma que a crise agro-alimentar contemporânea se transforma rapidamente de nacional em internacional.

Para concluir esta rápida passagem pelos problemas da agricultura contemporânea, se observará que tudo parece indicar que a crise internacional comporta processos de decomposição da base produtiva, sobre a qual repousava até o presente o antigo padrão alimentar: o valor bruto da produção agrícola se encontra em diminuição constante com relação ao produto nacional, enquanto seu volume não cessa de crescer.

---

(26) Ver: THACKRAY J. op. cit.

(27) Ver as declarações do Ministro francês da agricultura, segundo as quais os Estados Unidos exportam sua crise agrícola para o mercado internacional, em *Le Monde*, 14 de janeiro de 1983. Também o fato de muitos países esforçarem-se para passar a carga do ajuste de sua própria agricultura para o mercado mundial já foi ressaltado por uma outra análise. Ver: *La Politique Alimentaire*, Paris, 1981.

**VALOR AGRÍCOLA BRUTO EM PORCENTAGEM  
DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

País	1974—77	1977—80	1980
Canadá	4,1	3,8	—
Estados Unidos	3,1	2,8	—
Japão	5,4	4,5	3,8
Austria	5,0	4,5	4,4
Bélgica	2,8	2,3	2,1
Finlândia	9,3	8,4	8,2
França	5,1	4,6	4,2
Alemanha	2,9	2,5	2,2
Itália	7,9	6,8	6,3
Espanha	9,1	7,9	7,1
Suécia	4,3	3,5	3,1
Reino Unido	2,4	2,1	1,9

Poder-se-ia certamente comparar esta decomposição da produção agrária, acompanhada de super-produção, com a crise do setor industrial, acompanhada de amortecimento dos investimentos e da atividade produtiva. O espectro da *desindustrialização* <sup>28</sup> se acha hoje ligado ao pesadelo dos *excedentes* agrícolas. No entanto, estas duas faces aparentemente opostas nos levam à mesma crise, da qual não são mais que aspectos específicos: a contemporização e a especulação na indústria agravam uma situação que já se encontra complicada devido à expansão e ao crescimento da produção na agricultura.

### A CRISE DA ORDEM ALIMENTAR

Calculou-se que a deterioração dos preços agrícolas americanos entre 1972 e 1978 foi 6 vezes mais forte que entre 1953 e 1963. Para os rendimentos (revenu) dos agricultores, a variação foi duas vezes e meia mais forte <sup>29</sup>. O elemento relativamente mais estável no rendimento (revenu) dos agricultores é, de agora em diante, de origem não agrícola. Na França, a parte das rendas não-agrícolas no rendimento (revenu) camponês ultrapassa atualmente 38% <sup>30</sup>. Conclui-se, uma vez mais, que o declínio dos preços, dos mercados, das receitas — consequência da instabilidade provocada pela crise — se manifesta por excelência no setor agrário.

---

(28) Ver: para os Estados Unidos, *BLUESTONE B. e HARRISON B., The industrialization of América. New York Basic Books, 1982. Sobre a CEE. ver: DAVIGNON, E., "L'Europe perd son industrie", in: Revue Expansion. 26 de novembro — 9 de dezembro de 1982.*

(29) Segundo HATHAWAY D. E. ver: THACKRAY, J. op. cit.

(30) Ver. PISANTI E. "Conclusion a plusiers voix", in: *Cahiers Français*, nº 205, 1982.

No enfoque em termos de padrão de acumulação, observaremos que a crise do padrão do pós-guerra se manifesta hoje através de uma inadequação entre o modelo de acumulação e seu próprio sistema alimentar, tal como ele havia funcionado até o presente. Nesta hipótese, a crise do tradicional regime alimentar não seria mais que um aspecto da transição em direção a um novo padrão de acumulação, tanto doméstico quanto internacional e, forçosamente, antes de tudo, em direção a uma nova ordem de relações sociais alimentares.

Não nos esqueçamos que na história do capitalismo, cada passagem de uma etapa de acumulação a outra foi sempre ligada a uma reorganização profunda e sempre específica do regime e das relações alimentares. Acumulação primitiva; revolução industrial; expansão colonial; capitalismo dos monopólios; era keynesiana: tantas mutações que foram precedidas por modificações do espaço de produção, de transformação e até de normas de consumo alimentares.

Hoje em dia se trata cada vez mais de novas tecnologias alimentares de controle desse setor pelas indústrias de produtos alimentícios, de aplicação usual, de processos químicos e de métodos de bio-tecnologia industrial no domínio da alimentação das massas. De qualquer maneira, uma coisa não deveria espantar: a chegada ao novo regime de acumulação supõe a estabilização do setor alimentar da sociedade sobre novas e específicas bases, em integração com os novos mecanismos de funcionamento do sistema econômico e social em seu conjunto.

## DOIS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO

Yves Tavernier coloca que a antiga ordem estava ligada à concepção do campo como uma "grande reserva natural"; daí que, nas novas relações, a *exploração familiar* seria plenamente reconhecida como uma forma central para a reorganização econômica e social do espaço alimentar<sup>31</sup>. De toda forma, qualquer que tenha sido o ponto de partida, é forçoso reconhecer que na espera da nova ordem — cuja fisionomia se reconhece hoje em dia insuficientemente, já se disputam dois modelos de organização do espaço alimentar.

Face aos problemas da super-produção, dos preços de sustentação que comportam custos excessivos e das rendas de situação, captadas pelos mais eficazes, desenvolve-se, em primeiro lugar, a simplificação ortodoxa neo-liberal: suprimir todo apoio à agricultura, dissociar os problemas econômicos, que seriam da competência do mercado, dos problemas nos rendimentos (revenu) que seriam da alçada da política social. Isto se apresenta sob a exigência da "transparência" em economia e nas intervenções do setor público. O preço agrícola, sendo um operador econômico, deveria, como tal, ser independente de toda finalidade

---

(31) Ver: *Le Monde*. 8-9 de novembro de 1981.



ou restrição de ordem extra-econômica. A política dos rendimentos (revenu) agrícolas deve ter a coragem de se apresentar como tal, sem disfarces de política econômica, desobrigada a se submeter a um regime de ajudas diretas aos agricultores <sup>32</sup>.

Os preços, não tendo outra função, senão a de assegurar a regularidade das provisões, devem estar livres de qualquer outra preocupação e, portanto, devem permanecer *transparentes*. Desse fato, a agricultura seria levada a ser confiada aos mais eficazes, para tornar-se finalmente um setor como os outros. Seria necessário acabar o mais rapidamente possível, se sustenta, com a noção de "setor assistido", para terminar logo com a noção mesma de "política agrícola" e de "agricultura", simplesmente. As especificidades desse espaço, se é que existem ainda, não deveriam mais ser abordadas em termos de uma política setorial, mas simplesmente e, segundo o caso, em termos de política social, regional, do ambiente ou de organização do espaço.

Por outro lado, se desenvolve também, paralelamente, uma nova problemática centrada nas noções de *segurança* e de *independência alimentar*. O Terceiro Mundo, especialmente os países africanos, mas também os novos países industriais (NPI) já fazem dela seu cavalo de batalha, na confrontação Norte-Sul e no domínio dos esforços para ter acesso a uma nova ordem econômica internacional. Ressaltaremos que mesmo os países da CEE fazem, cada vez mais, referência a estas noções de base para delimitar a orientação das investigações em curso, com vistas a uma nova ordem alimentar na Europa e no Terceiro Mundo.

## A SEGURANÇA ALIMENTAR

Inicialmente, a problemática da segurança e da independência alimentares sustenta que a estabilização de um sistema alimentar não é, e nem poderá ser, um problema de estrito cálculo de tipo micro-econômico e faltaria incluir nela elementos da macro-economia e da macro-sociedade: ordem política, relações sociais e normas culturais. Alguns agregam mesmo que toda uniformização *pelo mercado* do modelo de organização e de desenvolvimento agrícolas seria "intolerável e ilusória" <sup>33</sup>. Está claro que temos a existência de duas

---

(32) Para uma excelente exposição desta argumentação, se consultará com proveito: CASTLE B. *La Reforme de la PAC*. Texto mimeografado do Parlamento Europeu, 1982, e SIMANTOV A. "L' Agriculture dans les Années Quatre-Vingts" in: L' Observateur de l' OCDE n<sup>o</sup> 102, janeiro de 1980 e "L' Option d'une Intégration Economique Internationale", in: BOURRINET J. e FLORY. M. *L'ordre alimentaire mondial*. Paris, Economica, 1982.

(33) Ver a proposta de PISANI E. e outros, sobre a reforma da PAC, 17 de janeiro de 1981, Parlamento Europeu, Doc. de Sessão, n<sup>o</sup> do documento 1-785/80. PE 70.787.

problemáticas completamente opostas, no que concerne aos preços, aos mercados, aos rendimentos (revenu), às especificidades da economia agrária, à noção da economia nacional e ao conceito mesmo de construção europeia e, de partida, à nova ordem econômica internacional. A primeira, de origem anglo-saxônica e de conotação neo-liberal, se põe a buscar a economia e o mercado "transparentes", lavados de qualquer tipo de pecado social. A segunda problemática, desconfiando dos automatismos do mercado, prioriza o objetivo político da nova ordem e da estabilização das condições para os grandes equilíbrios internos e internacionais.

Por-se compreender facilmente que a noção de segurança e de independência alimentares se torna uma preocupação da política econômica. Edgar Pisani, mais uma vez, sublinha: "a dependência alimentar da Europa é grave. Que uma tensão internacional, mesmo que pouco dramática, intervenha, e dezenas de milhares de granjas e de usinas de criação, inteiramente abastecidas pelo exterior, poderiam ser golpeadas até a morte, e a produção leiteira, artificialmente excedentária, se transformaria num só dia quase que irremediavelmente deficitária". E ele conclui não sem arrebatamento: "A política agrícola comum, em um mundo perigoso e instável, permitiria que se desenvolvesse em nosso continente um sistema produtivo que garantisse nossa segurança, compensaria uma parte de nossos desequilíbrios externos e se anunciaria como um regulador econômico eficaz" 34 .

É evidente que, face à "metafísica neo-liberal" 35 , a problemática da segurança alimentar é complexa, tendo em conta os fatores reais não previstos pela ortodoxia econômica, e apresenta, portanto, também um interesse de política econômica incontestável. É evidente que a dependência das importações alimentares sempre traria o risco de colocar problemas políticos sérios e até de política econômica. Por causa disto, em épocas de crise internacional, os países têm a tendência a reduzir seus pagamentos ao exterior e de privilegiar a utilização dos recursos nacionais, mesmo se eles implicam um custo superior, dado que realizam assim economias de divisas. É sobre esta base que avança atualmente o processo em direção à nova ordem internacional econômica.

Em um período onde as moedas nacionais se encontram em dificuldades, onde as taxas de câmbio efetivas estão em geral em baixa, se tenta a especialização nos produtos que apresentam um máximo de valor agregado, criado no plano nacional. Em outras palavras, o grau de competitividade internacional, tão buscado atualmente por todos os países, será mais elevado na medida em que

---

(34) Ver o informe de PISANI E. ao Partido Socialista Francês, *Le Monde*, 23 de fevereiro de 1980.

(35) A expressão é de BLUESTONE B. e HARRISON B. idem.

o produto exportado resulte dos segmentos produtivos mais longos realizados no país. Se entende, assim, que a intensificação da concorrência industrial internacional passa ineludivelmente pela constituição de uma base alimentar própria, nacional ou regional, capaz de assegurar a regularidade no abastecimento e, ao mesmo tempo, passar pela economia em divisas<sup>36</sup>. O exemplo da Política Agrícola Comum (PAC), apesar de suas imperfeições e de suas debilidades, corresponde a esta lógica de reordenamento industrial e, até o presente, funcionou efetivamente como tal.

Tudo se passa como se cada regime de acumulação tivesse necessidade orgânica de definir e de estabilizar prioritariamente os termos e o nível de seu consumo alimentar, ou seja, a parte do valor agregado que seria separado para a reprodução da força de trabalho, para poder passar, de golpe, à coordenação das redes industriais e da formação de sua própria base para a chegada à especialização internacional<sup>37</sup>. Na história do capitalismo, definir os termos da *separação fundamental* para a reprodução da força de trabalho equivale sempre a determinar as características fundamentais de cada padrão de acumulação. Sem ter aclarado esta relação, não se poderá compreender nem a agudeza com que se coloca o problema alimentar nesse período de crise, nem a insistência dos países da CEE, nos últimos 20 anos, em resolver prioritariamente, e mesmo exclusivamente, a questão do sistema alimentar europeu como primeira etapa necessária da construção européia. De fato, ficou explícito muitas vezes que a unificação do espaço econômico europeu — segundo a ambição do Tratado de Roma — teria sido inconcebível sem uma unificação, definição e estabilização prioritária do setor alimentar. Notar-se-á, de passagem, que os resultados não negligenciáveis, obtidos durante o primeiro período da PAC, notadamente no domínio da integração dos mercados, só foram abalados pela chegada da crise internacional a partir de 1971-73, ou seja, a partir da transição do regime de taxas de câmbio flutuantes, taxas verdes e montantes monetários compensadores.

A Assembléia Européia, em sua tomada de posição do dia 10 de março de 1983, reconhece os serviços prestados pela PAC, se pronuncia a favor da consolidação e contra toda tentativa de liquidação: ela recomenda a busca e o aprofundamento da Europa verde, contra os enfoques orçamentários e monetários que ainda são favoráveis ao seu desmantelamento. Esta tomada de posição faz pensar também que, em período de crise internacional, o argumento da segurança prevalece sobre o do orçamento, o primeiro sendo de importância

---

(36) Sobre a relação entre sistemas alimentícios nacionais e especialização internacional, ver nosso artigo: "L' Agriculture Peripherique dans le Nouvel Ordre International", in: *Revue du Tiers-Monde*, Paris, nº 85, janeiro-março de 1981.

(37) Esta idéia de separação prioritária da parte do produto destinada a ser comprada pelos salários se encontra também em LIPJETZ A. op. cit.

estratégica, enquanto o segundo não passa de uma ambição econômica limitada <sup>38</sup> .

Ver-se-á que as propostas atuais, visando reconsiderar as debilidades da PAC, para dela consolidar o essencial, se orientam por definitivo em direção a um sistema que penalizaria os grandes agricultores, seja pela retenção dos excedentes, seja pelo sistema dos preços decrescentes, consolidando, ao mesmo tempo, o *tipo familiar equilibrado* de exploração como figura central da nova ordem alimentar que se delinea.

Sem dúvida, tendências análogas, visando a consolidação de formas familiares de produção primária, se manifestam também nos Estados Unidos. Segundo estimações do Ministério da Agricultura americano, há alguns anos, todas as economias de escala que se podiam obter no plano teórico da produção deixam de existir, a partir do momento em que o montante bruto das receitas de exploração agrícola chega a um máximo de 130.000 dólares <sup>39</sup> : depois desta descoberta, a política agrícola americana tende certamente a consolidar e subvencionar, por todos os meios, os agricultores cujos rendimentos (revenu) brutos se situam aquém de 130.000 dólares. Além disso, as pesquisas empíricas, levadas a cabo na Califórnia, permitiram constatar que um sistema de explorações familiares, nas mesmas condições que um sistema de exploração de tipo capitalista, vitaliza duas a três vezes mais as indústrias em volta: as compras efetuadas no comércio de manejo são 61% superiores e os gastos com eletrodomésticos e material de construção são três vezes maiores <sup>40</sup> .

Deve-se considerar, nos Estados Unidos, o fato de que a grande exploração negligencia os métodos de produção que não se enquadram bem com a mecanização. Ela chega assim, mais rapidamente e de maneira mais segura, à erosão e ao esgotamento do solo produtivo <sup>41</sup> . É por isso que, mesmo nos Estados Unidos, a grande exploração agrícola-capitalista não é considerada inteiramente conforme aos interesses gerais. O agricultor familiar equilibrado constitui, também neste país, a figura central para a elaboração de novas relações alimentares.

---

(38) Ver *Le Monde* do dia 12 de março de 1983.

(39) Ver THACKRAY, J. art. cit.

(40) *Idem* .

(41) Para uma excelente apresentação do atual sistema alimentício americano, seus balanços energéticos negativos, as devastações e os estragos causados nas riquezas naturais, por causa de valores unidimensionais realçados pelas empresas capitalistas, se consultará com proveito: "Empty Breadbasket", Cornucopia Project, Rodale Press, Washington D.C., 1981.

## AS ETAPAS DA ORDEM ALIMENTAR

Muitos e importantes índices parecem confirmar a hipótese que associa, a cada etapa de acumulação do capital, uma organização específica de seu próprio espaço agro-alimentar. Em efeito, a ligação entre a evolução agrária e os progressos industriais já foi analisada muitas vezes, tanto por historiadores quanto por teóricos do capitalismo. No entanto, a maior parte das análises que dispomos consideram a agricultura "do interior", como uma reserva de fatores e de riquezas que se trata de transferir alhures e, em consequência, não vêem no produto agrícola um *comportamento ativo* do sistema de produção global, e sim, melhor dito, como uma premissa externa ao sistema econômico.

Os fisiocratas, por exemplo, viram na agricultura a única fonte de onde provinha o sobreproduto social. Para Marx, a evolução das relações sociais nos campos detonou a dinâmica que permite a constituição das pré-condições do modo capitalista de produção: trabalhadores despossuídos, capital acumulado e terra concentrada. Marc Bloch admite que as transformações sociais na agricultura se fixaram pela constituição do "*individualismo agrário*", o qual funcionou como uma condição para a acumulação do capital industrial. Parecida é a posição de Max Weber que, como os outros, vê a acumulação industrial como sendo apenas o *resultado transposto* de certas performances anteriormente obtidas na agricultura.

Em geral, por mais extraordinário que isso possa parecer, se constata facilmente o quanto o pensamento econômico de todos os tipos fica ainda hoje profundamente tributário das hipóteses da Escola Fisiocrática. O setor primário sempre é pensado como a "riqueza primária" pela qual o capitalismo financia seu processo de acumulação. Assim, a agricultura forneceria todas as pré-condições da produção capitalista: mão-de-obra excedente, matérias primas, riquezas naturais, produtos alimentícios, fundos tributáveis, dinâmica e racionalidade de produção e, enfim, mecanismos de transferência de todo tipo. Impregnado por esta visão das coisas, o economista americano Simon Kuznets conclui que a experiência de toda a industrialização permite confirmar o papel decisivo da agricultura e de suas contribuições múltiplas ao processo de acumulação do capital: a) contribuições devidas ao produto, ou seja, ao sobre-produto agrícola; b) contribuições devidas ao mercado, ou seja, à deteriorização dos termos de intercâmbio da agricultura e c) contribuições devidas aos fatores de produção, ou seja, às transferências operadas através dos tributos, da inflação, etc. A culminação lógica dessa ótica é que a agricultura-reserva-de-riquezas deveria, cedo ou tarde, transformar-se, ela mesma, em zona indiferenciada para a extensão das relações capitalistas de produção.

## O SETOR "NECESSÁRIO" E O SETOR "EXCEDENTE"

Veja-se bem: nestes enfoques, a agricultura não é percebida em suas relações econômicas como os outros setores da sociedade, mas sempre — de uma ou de outra maneira — nas relações extra-econômicas, ou seja, nas relações que determinam as premissas, mas não o funcionamento do sistema econômico. No entanto, uma parte importante dos gastos de consumo das famílias continua até hoje a ser consagrada aos gastos com alimentação, ou seja, para a reprodução da força de trabalho dos assalariados. O setor agro-alimentar constitui, de certa maneira, o "*setor necessário*" da economia, ao passo que o resto aparece como o "*setor excedente*". Não teria fundamento supor que entre estes dois setores funcionam unicamente relações de exterioridade: os dois setores se acham também em relações econômicas de articulação profundas. Em outros termos, sem por em dúvida as relações de exterioridade que ligam a agricultura ao capitalismo, realçar-se-ão também as funções econômicas precisas que ela mantém dentro do sistema produtivo.

A articulação econômica entre o setor "necessário" e o setor "excedente" consiste essencialmente em que o primeiro permite fixar, para o conjunto da economia, as normas e o nível de consumo alimentar dos trabalhadores. A relação das produtividades reais entre o setor alimentar e os outros compõe sempre a trama profunda que permite definir o nível do consumo "necessário" da população, sua estrutura e sua taxa em relação ao produto social. De certa maneira, na história do capitalismo, a fisionomia própria de cada etapa de acumulação do capital foi determinada, em última instância, pelo nível e pela maneira de consumir das massas.

Notar-se-á que na maior parte dos grandes sistemas da teoria econômica (fisiocráticas, A. Smith, D. Ricardo, Malthus, Marx, Wicksell, Kalecki, Sraffa, etc.), a taxa dos salários é sempre considerada como um dado primário. Qualquer que seja a maneira de fixar a taxa do salário, sempre ficou claro que a economia só se erige em sistema a partir do momento em que esta taxa é determinada. Fixar o nível de consumo dos trabalhadores significa, ao mesmo tempo definir os termos da disjunção fundamental e, portanto, definir também a barreira mínima além da qual o produto não poderá se expandir. Os empresários, uma vez fixada esta separação, se esforçam em seguida por maximizar a quantidade de trabalho realmente extorquido no processo de produção. Em outros termos, a taxa do salário funciona sempre como um *ponto de ancoragem* necessário para o sistema econômico em seu conjunto e, conseqüentemente, é necessário como tal que essa taxa seja sempre definida "ex ante". A produção não começa se este ponto não for determinado com antecedência.

Conseqüentemente, se o setor "necessário" joga um papel determinante no funcionamento do setor "excedente", não é por causa de sua reserva de riquezas, pela fixação das normas de consumo.

## AS ETAPAS HISTÓRICAS

Com base nesta constatação, se buscará, na história do capitalismo europeu, as etapas da evolução de sua ordem alimentar. Não será difícil distinguir as 4 etapas seguintes:

1) A acumulação primitiva entre os séculos XVI e XVIII. Durante este período, o eixo principal das transformações sociais foi a "Privatização-comercialização" da terra. Isso foi atingido através da separação dos agricultores da terra, pela liberação do solo de toda servidão extra-econômica e pela passagem dos produtores ao estatuto do assalariamento. Ao mesmo tempo, esse regime agrário criou um modelo de acumulação do capital muito especial, fazendo apelo sistemático às formas de pilhagem tanto internas quanto externas.

2) a segunda etapa da história alimentar moderna foi a da *revolução agrária*, associada com a revolução industrial do fim do século XVIII. Esta etapa consistiu sobretudo na *organização agrônômica* do solo e na introdução de novos métodos de produção agrária. Esse foi um processo de crescimento rápido da produção e da produtividade agrícolas, o que tornou possível tanto a explosão demográfica quanto a revolução industrial. Aqui, de novo, a estabilização das relações de produção e de consumo alimentares tornou possível o modelo industrial do século XIX.

3) A terceira etapa foi a da *abertura*, a partir de 1870, do mercado alimentar nacional aos produtos menos caros vindos dos países de ultra-mar. Esta abertura teve dois efeitos marcantes: em primeiro lugar, ela abalou, pela concorrência, as grandes empresas agro-capitalistas e, fazendo baixar os preços dos produtos alimentícios, consolidou as *formas familiares* de produção, o que deu lugar a uma "socialização informal" do setor primário; em segundo lugar, ela tornou possível uma *expansão colonial* sem precedentes, criando ligações orgânicas, a partir deste momento, entre os países do centro e os da periferia. A fase colonialista (1870-1929) foi, então, largamente associada às importações massivas de produtos agro-alimentares, provenientes das colônias e dos países de ultra-mar e, certamente, em consequência, às exportações de produtos manufaturados — sobretudo têxteis — no sentido oposto.

4) Na quarta etapa, associada à era keynesiana, e que se manifestou sobretudo depois da segunda guerra mundial, o setor primário se acha totalmente integrado nos circuitos da economia nacional, ele é "farmerizado" e dirigido pelo sistema global através dos organismos de crédito, do sistema de preços, impostos e das regras administrativas. Esta integração social da agricultura determina também as características fundamentais do modelo keynesiano: expansão do mercado interno, economia do crédito e crescimento dos gastos públicos.

Para concluir, observemos, uma vez mais, que os historiadores e os teóricos do capitalismo perceberam acertadamente o papel estratégico do sobreproduto agrário na decolagem industrial, mas não viram um fato muito importante, ou seja, que este sobreproduto está sempre fixado em formas precisas e que determinam, ao mesmo tempo, as normas e o nível de consumo da massa de trabalhadores. A estrutura de consumo alimentar funciona necessariamente como o *vetor estabilizador* de todo o padrão de acumulação do capital em geral.

## A REVOLUÇÃO ALIMENTAR CONTEMPORÂNEA

Assistimos, de alguns anos para cá, a uma importante mutação no setor "necessário", o que anuncia um novo regime de acumulação em plena constituição. O sinal mais marcante desta nova mutação é, sem dúvida, o impulso espetacular, durante os últimos anos, das formas de controle da economia de subsistência pelas indústrias agro-alimentares (IAA). De vários modos já se assinalou a emergência destes novos agentes dominantes da cadeia alimentar <sup>42</sup>. A base agrária foi incorporada como um simples elemento da nova cadeia agro-industrial. A produção alimentar contemporânea se baseia em condições inteiramente novas: a agricultura perde, cada vez mais, o estatuto de setor autônomo; de uma parte, por causa de sua *integração orgânica* no novo sistema alimentar; e por outra, em razão do fato que os novos agentes dominantes lhe são exteriores.

Para formalizar esta mutação, se lembrará que, no antigo sistema, a integração social da produção primária era realizada *através do mercado*, o que preservava ainda uma certa margem para as relações de concorrência entre os setores da produção. Contrariamente, no novo sistema, a incorporação do setor primário nos circuitos das firmas agro-industriais dá lugar a um fenômeno novo que se designará como uma "economia de tipo integrado".

É certamente esta nova realidade que as noções de "cadeia" ou "rede" agro-alimentares tentam explicar <sup>43</sup>. Não se trata mais de uma integração através do mercado, mas de uma integração principalmente fora do mercado, de tipo corporativo.

Os novos conglomerados agro-alimentares se definem precisamente pelas estruturas que se estruturam fora do mercado: contratos de integração dos agricultores nos programas industriais, possibilidade de controlar com anteci-

---

(42) Ver especialmente ARROYO, G. "Les Agents Dominants de l' Agro Alimentaire dans la Chaîne de production". in: *Colloque CREDIMI*, Dijon, março de 1983.

(43) Segundo o jornal *Le Monde*, as noções de "cadeia" ou de "rede" constituem os novos nomes-chave da nova política alimentícia; ver *Le Monde* de 13 de novembro de 1982.



pação os fornecimentos, as provisões, as vendas e, comumente, até mesmo os meios de financiamento do setor agrário, associados com uma inelasticidade da demanda dos produtos alimentares finais. Tudo indica que estamos em presença de novos oligopólios, se é que não se trata de um fenômeno de retorno ao sistema das velhas corporações. As etapas de produção dentro da cadeia ficam assim menos concorrenciais e mais regulamentadas pela via de "cartelização", tornando-se parte integrante dos grandes circuitos sob o controle neo-corporativista.

No entanto, deve-se lembrar que esta cartelização—integração não reduz proporcionalmente os riscos para os produtores agrícolas.

A perspectiva de cartelização constitui a tendência atual no domínio agro-alimentar: nos Estados Unidos, mais de 90% da produção primária é assim captada pelas indústrias de transformação alimentar. Nos países do Terceiro Mundo, esta proporção chega apenas a 10% ou 20% <sup>44</sup>, ao passo que nos países do Mercado Comum Europeu ela ultrapassa já 70% em média <sup>45</sup>. Ao mesmo tempo, se observa também que, se as vendas dos produtos alimentares transformados representam entre 500 e 1.200 dólares, por ano per capita, nos países desenvolvidos, elas representam apenas de 10 a 20 dólares, por ano per capita, nos países periféricos. Constatase facilmente que a importância relativa do controle agro-alimentar cresce com o desenvolvimento.

Incontestavelmente, o setor agro-alimentar apresenta hoje muitos aspectos de uma *grande inovação*, no sentido schumpeteriano do termo, e, em particular, durante este período de crise. As implicações alimentares se concentram hoje, principalmente, nos aspectos tecnológico e econômico. Tenta-se, certamente fazer baixar ainda mais o valor relativo das subsistências necessárias à reprodução das forças de trabalho. Se faz apelo massivamente às tecnologias avançadas para criar novos alimentos, novos hábitos e novas normas de consumo alimentar. Financia-se a pesquisa aplicada no domínio nutricional e alimentar, tanto para o homem como para o gado ou a produção vegetal. Muitos reconhecem atualmente que uma revolução se está completando no domínio da bio-tecnologia e da bio-indústria: a intervenção bio-genética permite agora desdobrar-se em novas *tecnologias alimentares*.

Na produção alimentar, se emprega cada vez mais produtos químicos, rações artificiais, produtos fitosanitários e forragens industriais. O objetivo desta enorme mutação atual é a *elaboração de novas normas alimentares* para as massas de trabalhadores.

---

(44) Unite Nations CTC, Transnational Corporations in Food and Beverage Processing, New York, 1980.

(45) Ver BOMBAL J., e CHAMIN Ph. *L' Agro-Alimentaire*. Paris, PUF, 1980

A inovação intervém aqui de maneira múltipla: a) produtos alimentares novos — muitas vezes de valor nutritivo duvidoso; b) métodos novos de produção — comumente em laboratório industrial, a partir de matérias-primas não menos artificialmente elaboradas; c) mercados fundamentalmente novos — a inumerável clientela dos “prêt-à-manger”, alimentos-rápidos (fast-food), das cantinas instaladas nos lugares de trabalho e, em geral, a comida fora de casa.

Pela primeira vez na história do capitalismo, ele se apodera da esfera da alimentação, que se encontrava até o presente — apesar de todas as revoluções — sob os cuidados da família e do artesão. E ele (o capitalismo) o faz, abalando todas as condições anteriores e incorporando tudo o que seja necessário para a constituição das novas cadeias alimentares. Baixar os preços relativos dos alimentos e estabilizar as novas relações alimentares: estes são os dois objetivos do quadro alimentar contemporâneo, que depende necessariamente da estabilização econômica geral.

As indústrias agro-alimentares se acham atualmente em uma situação duplamente vantajosa: por um lado, elas exercem um controle exclusivo sobre a produção primária, já que podem limitar o acesso a outros concorrentes e, por outro lado, elas se aproveitam das inovações alimentares que lançam no mercado. O controle exclusivo sobre a produção primária, através dos contratos de integração e de outros meios, procura uma *renda de situação*, que não é realizada pelos agricultores, incapazes, por definição, de realizá-la, mas pelos agentes efetivamente dominantes no seio da cadeia agro-alimentar. Isso permite sem dúvida explicar a existência de lucros particularmente elevados dentro da cadeia.

#### VALOR AGREGADO BRUTO POR UNIDADE DE FORMAÇÃO DE CAPITAL — (CEE, 1981).

Agricultura	4
Conjunto da economia	4,9
IAA	8,8

#### VALOR AGREGADO POR PESSOA EMPREGADA CEE, 1981.

Agricultura	7.500 UCE
Conjunto da economia	15.000 UCE
IAA	22.000 UCE

Fonte: CEE, La situation de l'agriculture dans la Communauté, Rapport, 1981.

Constata-se nas tabelas acima que a diferença das taxas de rentabilidade, vantajosa para o setor agro-alimentar, é verdadeiramente considerável. Os dados

estatísticos que dispomos permitem confirmar a mesma tendência em outras regiões do mundo. Se pode também verificar que as taxas de lucro dos investimentos agro-alimentares americanos, assim como nos países do centro mundial desenvolvido ou na América Latina, são sempre sensivelmente superiores em relação à de outros ramos da produção <sup>46</sup>. Igualmente, as taxas de formação do capital das indústrias alimentares americanas, na América Latina, seriam em média 70% superiores em relação às das firmas norte-americanas que operam nos outros setores <sup>47</sup>.

No entanto, observemos uma vez mais que, se por um lado a alimentação contemporânea — fabricada nos laboratórios industriais — tende à homogeneização e à internacionalização, por outro lado, os sistemas alimentares mantêm sempre sua vocação nacional. A bio-indústria e a bio-tecnologia têm a vantagem de estar disponíveis ao alcance de muitos países e de serem suscetíveis de inscrição na perspectiva de estratégias alimentares nacionais ou regionais muito variadas.

A baixa permanente dos preços agrícolas na produção incita grandes inovações tecnológicas no plano de produção alimentar. Baixas de preços, formação de estoques de excedentes e alimentos novos: estes são alguns dos aspectos da luta pela nova ordem alimentar e ponto de partida para a nova ordem econômica, tanto interna quanto internacional. O alimento se impõe atualmente como a arma estratégica ou até a arma absoluta <sup>48</sup>.

Entende-se assim o interesse novo, até apressado, que dão ao setor alimentar os ramos da produção que estavam, até hoje, muito distantes e se constata que esta volta aos investimentos alimentares é, muitas vezes, feita por grupos industriais com relações tradicionalmente marginais ou completamente estranhas ao ramo alimentar.

Pode-se citar, como exemplo desse novo interesse, grandes firmas da indústria mecânica, como a Fabrimetal na Bélgica, que já considera a indústria de alimentos como seu objetivo prioritário. Pode-se ainda citar o caso da indústria automobilística (Volkswagen, Renault, Fiat) da indústria aeronáutica (Boing), da indústria do vidro (BSN), da indústria petrolífera (BP, ELF-ERAP) e da indústria química (Coppés, T.C.T.). Além do objetivo de extensão das linhas agro-industriais em novas áreas, comportando a extensão da cadeia produtiva — como no caso das energias de origem agrícola destinadas ao uso nas indústrias <sup>49</sup> —, trata-se, freqüentemente, para essas grandes empresas industriais, apenas de esta-

---

(46) Ver Survey of Current Business, in ARROYO G. op. cit.

(47) Ver GEORGE S. *Les stratégies de la faim*. Ed. Grounager, 1981; REVEL, A e RIBOUD, C. *Les Etats Unis et la stratégie alimentaire mondiale*. Calmaun-Levy, 1981; MORGAN D. *Les géants du grain*. Paris, Fayard, 1980.

(48) Ver: CEE. *L'Industrie Alimentaire dans la CEE*, fevereiro de 1981. DOC. 111/100/91.

(49) Ver: RASTOIN, J.L. *Energies Alternatives d'Origine Agricole: le Cas Brésilien*, colloque CREDIMI, Dijon, Mars 1983.

rem presentes num setor novo, caracterizado por perspectivas incalculáveis neste momento e oferecendo, desde já, uma rentabilidade do capital investido sensivelmente superior à média usual.

É apenas dentro de uma visão estratégica que se pode compreender as implicações da nova ordem alimentar de hoje e a insistência dos países europeus, especificamente os da CEE, em colocar essa questão como a principal prioridade há 20 anos. Os excedentes agrícolas surgidos nestes últimos anos nos países do mundo ocidental são apenas uma expressão do processo já detonado da enorme mutação alimentar em curso. No entanto, é importante observar que, enquanto o problema da nova ordem alimentar não for resolvido, veremos desenhar-se, no horizonte do ano 2.000, o perfil de uma *"guerra-ficção"* que nenhuma imaginação poderia prever neste século do espaço, da eletrônica e da informática: a *guerra alimentar*.

As primeiras escaramuças aparecem já em escala planetária. O Terceiro Mundo aparece hoje nesses cenários que alguns qualificam de *"terror"*, já que se trata friamente de várias dezenas de milhões de mortes *previstas com antecedência*. Nos conflitos e contradições internacionais se sistematiza cada vez mais a referência à arma alimentar. Nos países centrais desenvolve-se, por enquanto, o que se pode chamar de uma *"guerra total"*: subvenções, restituição e crédito à exportação para conquistar novos mercados e substituir os concorrentes, para vender quantidades adicionais de produtos que chegam sem parar ao mercado.

Guerra da carne, da manteiga, dos cereais, guerra dos alimentos para animais, etc. São tantas formas concretas inesperadas, pelas quais passam atualmente a luta e as contradições internacionais para alcançar uma nova ordem econômica internacional. As relações entre os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu ficaram profundamente afetadas por essa competição alimentar sem precedentes, na qual intervém também o problema crucial da atitude a adotar frente ao Terceiro Mundo, à economia mundial e à URSS.